

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESTADUAIS BRASILEIRAS

Maria Luiza Farias de Campos¹
Jussara Pereira Santos, CRB-10/9²
Lorete Mattos³

RESUMO:

A necessidade de preservação dos acervos das Bibliotecas Públicas brasileiras por meio de políticas delineadas de acordo com o contexto onde cada uma se situa é do entendimento de todos envolvidos em garantir a integridade da memória histórica para gerações futuras. No momento em que o Brasil se integra ao movimento internacional de preservação dos patrimônios culturais da humanidade, lançando um olhar específico sobre bibliotecas, arquivos e museus, através da Comissão do Escudo Azul, urge que seja melhor conhecida a realidade das bibliotecas públicas estaduais e que a elas seja oferecida a oportunidade de planejamento de ações concretas que redundem na preservação de seus prédios e patrimônios bibliográficos. O presente trabalho é resultado de investigação realizada para verificar a existência de políticas de preservação de acervos naquelas bibliotecas. A história das bibliotecas é apresentada, assim como questões relativas à preservação de documentos e às políticas de preservação como pano de fundo para que a pesquisa pudesse ser realizada no universo das 26 bibliotecas públicas estaduais brasileiras. Em vista das respostas recebidas e da verificação de que poucas são aquelas que possuem políticas e/ou ações concretas voltadas à preservação (ou mesmo restauração e conservação) dos acervos, são oferecidas diretrizes para a elaboração de políticas de preservação de acervos.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliotecas Públicas. Políticas de Preservação.

1 INTRODUÇÃO

Existem no Brasil inúmeras bibliotecas públicas estaduais onde está armazenada grande parte de nossa história e informações de diversas áreas

¹ Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: marialuiza@autonomus.com.br

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Informação da UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: jpsantos@ufrgs.br

³ Bacharel em Gravura pela UFRGS; Especialista em Conservação de Obras em Papel; Professora Substituta do Departamento de Ciências da Informação da UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail: lorete@ufrgs.br

do conhecimento. São informações importantes para o desenvolvimento cultural e econômico da sociedade e de seus cidadãos. Manter e preservar os suportes onde estão armazenadas estas informações não são tarefas fáceis. Reduzir o processo de deterioração de acervos é, na verdade, o grande desafio dos gestores de bibliotecas que não enfrentam apenas a degradação natural dos suportes, mas esbarram em fatores como as condições climáticas do país e a costumeira falta de recursos humanos, materiais e financeiros das instituições.

Diante desses problemas, fazem-se necessárias a elaboração e uso de políticas de preservação por essas entidades, para que possam atender suas comunidades, disseminando a informação e garantindo a integridade da memória para gerações futuras.

A recente adesão do Brasil à Comissão do Escudo Azul (FEDERAÇÃO ..., 2007), mostra a preocupação nacional e internacional para com a preservação das instituições culturais (bibliotecas, arquivos e museus) que abrigam acervos que devem ser colocados a salvo de desastres naturais, guerras e mau uso.

Neste sentido, uma pequena biblioteca em um rincão qualquer do planeta contém documentos publicados localmente que se constituem numa parcela da história local, regional e nacional e, por conseqüência, da humanidade. Esta verdade aplica-se às bibliotecas públicas estaduais brasileiras.

Este estudo verificou a existência de políticas de preservação adotadas pelas principais bibliotecas públicas estaduais brasileiras, incluindo-se a Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, por seu grande porte e importância. Além desta verificação, são fornecidas diretrizes gerais para a elaboração de políticas de preservação em níveis distintos que possam ser utilizadas pelas bibliotecas públicas estaduais de acordo com suas necessidades e possibilidades.

2 METODOLOGIA

Foi desenvolvido um estudo descritivo com caráter qualitativo com a finalidade de conhecer os tipos de políticas de preservação documental empregados pelas bibliotecas públicas estaduais brasileiras.

A primeira etapa da pesquisa envolveu a identificação das bibliotecas públicas estaduais no Brasil e, a segunda etapa, constituiu-se da coleta de informações através do envio de instrumento de coleta de dados para as instituições identificadas. Na terceira etapa ocorreu a elaboração do contexto teórico e, a quarta e última etapa tratou da análise dos dados e elaboração de diretrizes básicas para a redação de políticas de preservação para bibliotecas públicas estaduais.

Os sujeitos deste estudo foram as 26 bibliotecas públicas estaduais brasileiras. Para a coleta de dados, foi usado como instrumento um questionário elaborado com questões fechadas e abertas, possuindo seis (6) conjuntos de informações, a saber: dados de identificação institucional; acervo e procedimentos de conservação; acesso ao acervo; questões de preservação e guarda; dados ambientais da área de guarda e recursos humanos.

3 BIBLIOTECA PÚBLICA

A Unesco em seu “Manifesto para Bibliotecas Públicas” proclama a confiança na biblioteca pública como força viva a serviço do ensino, cultura e informação e como instrumento indispensável para o desenvolvimento da paz e da compreensão entre os homens e as nações, definindo-a como uma instituição democrática para a educação, cultura e investigação (UNESCO, 1994).

O surgimento da primeira biblioteca pública no Brasil deu-se no ano de 1811, na Bahia. Até então, as bibliotecas existentes no país, eram mantidas por ordens religiosas ou por particulares.

Através do Decreto-Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), cuja responsabilidade era a propagação do livro e da biblioteca pública no Brasil. Em 1990, o INL foi extinto e, em 1992, foi instituído na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), através do Decreto Presidencial nº 520, de 13 de

maio de 1992, com o objetivo principal de proporcionar à população bibliotecas públicas bem estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito da leitura (BRASIL, 2006?). Este objetivo só será alcançado por meio da disponibilização de um acervo qualificado e em condições de uso.

4 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

A preservação pode ser definida como um conjunto de ações cujo objetivo é garantir a integridade e a duração por muitos anos dos diversos suportes da informação. Preservação nos dias atuais deve ser entendida, conforme Silva (1998, p. 9), como “[. . .] toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação.” Em documento elaborado para a UNESCO, Edmondson (2002, p.19), enfatiza essa posição ao colocar que preservação “[. . .] é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente – para sempre – do patrimônio documental.”

Historicamente, o marco impulsionador para a busca da renovação dos paradigmas da preservação teve início no ano de 1966, quando a cidade de Florença, na Itália, sofreu uma grande inundação, tendo edifícios invadidos pelas águas e lama do rio Reno. Dentre estes edifícios estava a Biblioteca Nacional, onde meio milhão de livros e manuscritos foi atingido. Um enorme esforço de salvamento internacional foi montado pela Unesco que recrutou restauradores e conservadores de todas as partes do mundo.

Nos Estados Unidos, as grandes bibliotecas de pesquisa enfrentaram um outro grande problema de preservação: a acidificação do papel. Uma enorme proporção de livros das bibliotecas de pesquisa foi impresso em papéis elaborados com polpa de madeira.

Fundamentalmente, o problema do papel fabricado no século XIX, a partir da madeira, estava no alto nível de acidez, pela lignina, polímero orgânico complexo que juntamente com a celulose, constitui a maior parte da madeira das árvores, substância essa que oxida quando em contato com o ar, luz e calor (HOUAISS, 2001).

Outro fator muito importante na preservação dos documentos é o clima. O Brasil apresenta uma diversificação climática bastante significativa, com a forte presença do clima tropical que, segundo Carvalho (1998)^{*}, é desfavorável à preservação de acervos, devido à temperatura elevada e à umidade comuns a este clima.

5 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Políticas podem ser entendidas como uma série de medidas para a obtenção de um fim. Segundo Aguiar (2000, p,156) “Uma política implica, pois, na explicitação de princípios sobre o que é desejável e factível realizar com relação a uma determinada questão, em determinado tempo e com determinados recursos.”

Políticas de preservação propõem ações, cujo objetivo é manter a integridade dos acervos e garantir que estes tenham uma vida longa. Uma política de preservação efetiva depende, como qualquer outro aspecto de administração, de recursos financeiros, materiais e humanos.

Alguns fatores serão determinantes para o estabelecimento dos objetivos de uma política a ser implantada, como o tipo, a quantidade e o uso do acervo e as características e demandas dos usuários.

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural, nos mais variados suportes, vem mobilizando diversas instituições nacionais e internacionais.

No Brasil, em 1984, foi idealizado o Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, com o objetivo de conhecer a realidade dessas instituições. Foi criada uma base com os dados recebidos (atualizada até 1998) contendo informações sobre a instituição, recursos humanos, equipamentos disponíveis, condições de guarda e segurança e tratamentos de conservação aplicados aos acervos (WENDHAUSEN, 2004).

Em 1996, por iniciativa de quatro ONGs, ICA (Conselho Internacional de Arquivos), ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), ICOM (Conselho Internacional de Museus) e IFLA, foi criado o *The International Committee of the Blue Shield* que, com o apoio da UNESCO, busca promover o

^{*} Documento on-line

trabalho em rede sobre a necessidade de proteção de arquivos, museus e bibliotecas (patrimônios culturais da humanidade) de qualquer desastre natural, ou causados pelo homem como as guerras, os atentados, o vandalismo, etc..

Em 09 de novembro de 2006, ocorreu no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) a sessão de instalação do Comitê Brasileiro do Escudo Azul, que contou com a presença dos dirigentes do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), Conselho Federal de Biblioteconomia, Associação Brasileira de Arquivistas, Conselho Nacional de Arquivos e Escritório Regional da IFLA (IFLA/LAC). Estas instituições passaram a ser os membros fundadores do Comitê no Brasil e aguarda-se para breve que sejam anunciadas as primeiras medidas concretas da Comissão (FEDERAÇÃO ..., 2007). O presente estudo insere-se, portanto, na fase de tomada de conhecimento da situação em que se encontra parte das bibliotecas brasileiras com relação às políticas de preservação de seus acervos.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Obteve-se um pouco mais da metade de retorno dos questionários enviados, o suficiente para a validação da proposta.

Ao analisar os locais das bibliotecas que responderam a pesquisa, verificou-se que a maioria encontra-se em região de clima tropical, subtropical úmido e equatorial úmido, climas propícios às infestações de insetos e fungos. Verificou-se, igualmente, que muitas bibliotecas estão inseridas em grandes centros urbanos, o que trás problemas relativos à qualidade do ar.

O segundo grupo de informações analisado refere-se ao tipo de acervo e às ações de preservação adotadas. Todas as instituições realizam processamento técnico, sendo que em algumas bibliotecas este processo ainda não é informatizado. Verificou-se que o livro está presente em todas bibliotecas, o que não acontece com periódicos, documentos manuscritos e datilografados, obras raras, disquetes e CD-Roms e outros materiais.

A maioria desenvolve ações de preservação como: higienização, microfilmagem, controle por vistorias das infestações, pequenos reparos,

reacondicionamento, encadernações e restauro nos livros e periódicos, com ausência de climatização de depósitos e digitalização destes acervos.

Os documentos manuscritos e datilografados e as obras raras eventualmente existentes são objeto das mesmas ações de preservação a que estão sujeitos os acervos de livros e periódicos, com o acréscimo, ainda que raro, de climatização do depósito e digitalização.

Os CD-Roms e disquetes estão presentes na maioria dos acervos destas bibliotecas, mas são poucas as que dispensam algum tipo de tratamento de preservação a esses itens. Não há preocupação com essas mídias nem com os mapas, o acervo em braile, os microfilmes, os DVDs, as fitas em VHS, os livros falados, as gravuras, as fotos, os folhetos e os quadrinhos.

Na análise referente às condições de acesso, verificou-se que as salas específicas para consulta e pesquisa estão presentes na maioria das instituições. O mesmo não acontece com relação às máquinas para acesso aos registros digitais e aos depósitos específicos para guarda de coleções.

Com relação às condições de guarda, constatou-se que a maioria dos prédios são próprios, sendo que a metade se encontra em boas condições de conservação. Em alguns casos sofreram uma reforma em anos anteriores a 1990, sendo, portanto, prédios que estão há mais de dezesseis anos sem receber melhorias em suas instalações, o que pode representar um fator de risco para estas bibliotecas.

Dentro do contexto de condições de guarda, controle de térmitas (cupins), a maioria o faz semestralmente, com algumas raras exceções, que fazem esse controle anualmente.

Todas as instituições pesquisadas possuem algum tipo de recurso para o combate de sinistros.

Com relação ao combate ao fogo, todas possuem extintores manuais. Os extintores automáticos (*sprinklers*) aparecem apenas em uma delas. As brigadas de incêndio, assim como a revisão e manutenção da rede elétrica, ocorrem na metade destas instituições. Nenhuma apresenta extintores automáticos com gases limpos.

Como medidas contra inundações e umidade, metade das bibliotecas fazem revisão, manutenção e limpeza de calhas e telhados e revisão da rede

hidráulica. Muitas possuem as estantes com um espaço acima de 10 cm do piso e registros de água de fácil acesso e claramente identificados para um fechamento rápido em caso de emergência.

Para proteção contra ventos fortes, a maioria possui janelas reforçadas, porém seus acervos encontram-se próximos às aberturas e, a maioria, não possui uma área que sirva de abrigo em caso de ventos fortes e vendavais, fatos que já ocorrem com relativa frequência no Brasil.

Ao analisar as ações referentes às condições ambientais, constatou-se que todas utilizam equipamentos de climatização com controle só de temperatura e controlam a luminosidade excessiva do ambiente. Poucas, quase raras, são as que possuem desumidificador.

Como recursos humanos, todas possuem profissionais de nível superior e médio para a tarefa de processamento técnico. Para a preservação e restauração, a maioria dos profissionais possui apenas o nível médio. O funcionário com nível elementar, nestas bibliotecas, aparece apenas no setor de preservação e restauração.

Verificou-se que poucas possuem política de preservação formalizada. A maioria desenvolve ações de preservação, que podemos chamar de política implícita, isso é, que não foram escritas.

8 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Esperava-se, no estudo inicial, um retorno substancial dos questionários enviados, mas, o retorno foi de um pouco mais que a metade. Neste ano de 2007, tentou-se obter uma quantidade maior de respostas para trazer para esse evento dados mais completos sobre a realidade brasileira. Esta tentativa não obteve sucesso assim como outra tentativa de aproximação realizada com as bibliotecas que responderam as indagações em 2006. Buscou-se, na ocasião, conhecer a opinião dos dirigentes sobre as diretrizes para a elaboração de políticas de preservação. A análise acima apresentada representa, portanto, as respostas iniciais recebidas em que pese o esforço dos autores para reforçá-las.

Este estudo é acompanhado de diretrizes básicas que deveriam estar presentes nas políticas de preservação de todas as instituições que possuem acervos.

Para um bom resultado, cabe lembrar a necessidade de se elaborar manuais a partir de políticas, pois estes constituem a expressão única dos critérios e da filosofia dos princípios regentes.

Sugere-se, ainda, que ao formalizar as políticas de preservação, os gestores de bibliotecas observem e acrescentem as ações preventivas já que o custo com estas ações será sempre menor do que ônus decorrente de desastres, sinistros e do mau uso das coleções.

DIRETRIZES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

1 MEDIDAS PREVENTIVAS

Visam eliminar ou diminuir as causas da deterioração dos documentos. Referem-se ao espaço físico e ao meio ambiente.

1.1 Controle do meio ambiente interno:

a) temperatura,

- mantida estável preferencialmente entre 16 e 21° C;
- uso permanente de aparelhos de ar condicionado;

b) umidade,

- mantida estável entre 30 e 50% com variação máxima de \pm 5%;
- uso de desumidificador ou umidificador;
- uso de higrômetro.

c) ventilação,

- uso de dispositivos mecânicos para promover a circulação de ar;
- posição das estantes perpendiculares às aberturas;

- espaçamento entre estantes de 70cm no mínimo.

d) **iluminação,**

- proteção da iluminação natural por meio de persianas, ou venezianas, ou aplicação de películas de plástico nos vidros;
- incidência de luz acervo normal: até 156 lux;
- incidência de luz acervo sensíveis: até 55 lux;
- uso de lâmpadas fluorescentes com baixa emissão de UV.

e) **qualidade do ar,**

- aplicar filtros nos aparelhos de ar condicionado;
- usar invólucros protetores para armazenagem;
- manter janelas fechadas;
- manter fora do ambiente interno máquinas fotocopiadoras, cigarros, produtos químicos e carpetes.

1.2 Controle do prédio,

- a) vistorias e manutenção regular das redes hidráulica e elétrica;
- b) vistoria e manutenção telhados, calhas e drenos;
- c) reforço das aberturas;
- d) emprego de sistema anti-incêndio (detectores e extintores).

1.3 Controle do acervo,

- a) vistorias regulares no acervo para controle de térmitas;
- b) higienização periódica de todos documentos;
- c) estantes e expositores de metal não oxidante;
- d) uso de programas de conscientização de funcionários e educação de usuário para o manuseio dos documentos;
- e) implantação de sistema de segurança contra roubo e vandalismo.

2 MEDIDAS CORRETIVAS

São ações aplicadas em documentos em processo de deterioração.

2.1 Higienização dos materiais: limpeza mecânica detalhada;

2.2 Pequenos reparos:

- a) reforços de páginas rasgadas e de costuras;
- b) acondicionamento de documentos em caixa de papel neutro.

2.3 Desacidificação dos documentos: aplicação de banhos alcalino;

2.4 Controle de infestação por roedores: uso de armadilhas;

2.5 Controle de infestação por insetos:

- a) separar o material infectado;
- b) expurgo por gases inertes ou congelamento do material.

3 MEDIDAS DE SUBSTITUIÇÃO

Ação empregada quando o texto ou conteúdo intelectual é mais importante do que o documento enquanto objeto físico.

3.1 Microfilmagem: quando a questão de segurança é prioritária;

3.2 Digitalização: quando a necessidade de uso impõe a preservação do original;

3.3 Aquisição de exemplar: quando o documento está disponível no mercado.

PRESERVATION POLICIES ON BRAZILIAN PUBLIC STATE LIBRARIES

ABSTRACT

The need of preserving Brazilian public libraries collection through the establishment of policies specially designed for their context is understood as an action that cannot be delayed anymore. Since 2006, Brazil belongs to the International Committee of the Blue Shield and a first diagnosis must be done so to reveal if there are any preservation policies applied and the actions that are undertaken in relation to their buildings and collections. This paper is the result of a research realized to verify the existence of such policies and actions on 26 public state libraries. A brief study on preservation as well as on the history of Brazilian public state libraries is presented in order to offer a theoretical background to the subject. The study concluded that only a small number of libraries have a writing statement for their policies and that most of them apply some restoration practices on their collection. Some general guidelines are provided in order to enable such libraries to improve a first draft on preservation policies.

KEYWORDS: Public Libraries. Preservation Policies.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A.; GONÇALVES, C. Alberto. Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: qual a realidade de Minas Gerais? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 151-166, jul./dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Sistemas de Bibliotecas Públicas**. Rio de Janeiro: [2006?]. Folder.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. O Espaço como Elemento de Preservação dos Acervos com Suporte em Papel. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Centro de Memória**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://www.cpba.net/>>. Acesso em: 2 jun. 2006.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/informatica>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Comitê Nacional do Escudo Azul**. São Paulo: FEBAB. 2007. Disponível em: <http://www.febab.org.br/>. Acesso em: 05 mar. 2007.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CAMPOS, M. L. Farias de. **Políticas de Preservação de Documentos em Bibliotecas Públicas Estaduais Brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)– Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas Reflexões sobre Preservação de Acervos em Arquivos e Bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

UNESCO. **Manifesto sobre Bibliotecas Públicas**. [Paris]: Unesco; Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Bibliotecas, 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2004.

WENDHAUSEN, Mercedes. **Planejamento em Conservação Preventiva de Acervo**: roteiro básico para arquivos, bibliotecas, centro de documentação e museus brasileiros. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)– Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.